



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002314-28.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Carmem Aparecida de Assis**
 Requerido: **MAGAZINE LUIZA SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré, alegando que não manteve qualquer relação comercial com ela, nada lhe devendo.

Ressalvando que a negativação foi por isso indevida, almeja à sua exclusão, à declaração da inexigibilidade do débito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Já a ré em contestação sustentou que realmente houve compra por parte da autora, tanto que foi então apresentada sua carteira de identidade para que a transação se implementasse.

Ressaltou, em consequência, que não houve falha na prestação dos serviços a seu cargo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Pelo que se extrai dos autos é certo que o negócio que rendeu ensejo à negativação da autora não foi feito por ela.

Isso porque o cotejo entre a cédula de identidade oferecida para tanto (fl. 44) e a da autora (fls. 12 e 68) deixa evidente que aquele foi apresentado por pessoa diferente desta.

Conquanto haja pontos de divergência, a naturalidade e a própria fotografia retratada nos documentos patenteia a discrepância apontada.

Por outro lado, não se apurou com precisão que a ré se tivesse valido de outras cautelas para consumir a venda, ou seja, nada denota que ela buscou cercar-se de outros documentos (como por exemplo documentos pessoais e comprovantes de endereço ou renda) para ter a convicção de que tratava com a autora e não com terceira pessoa que se passava pela mesma.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida quanto à exclusão da negativação e à declaração da inexigibilidade do débito que lhe deu causa.

É sabido nos dias de hoje que diversos tipos de fraude são cometidos para ludibriar e auferir vantagem.

Ciente disso, seria essencial que a ré tomasse todos os cuidados possíveis para, se não evitar, ao menos minimizar a possibilidade de envolver-se em fatos dessa natureza, mas pelo que se apurou nos autos tal não foi o que aqui se deu.

É o que basta para que o pleito exordial prospere relativamente aos aspectos aludidos.

A postulação, porém, não vinga em face da indenização para reparação dos danos morais invocados pela autora.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação baste para isso, os documentos de fls. 52/53 e 49/51 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravo Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativas seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 20/21, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**